

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://revista.ufr.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3834933>



DITADURA, HISTÓRIA E ESQUECIMENTO NO BRASIL

Michel Goulart da Silva¹

Resumo

Este trabalho problematiza os discursos contemporâneos acerca da ditadura no Brasil. Busca-se analisar como elabora-se o passado ocultando pelas razões mais diversas os acontecimentos traumáticos. Consolidaram-se certos discursos que afirmam ser “errado” falar em ditadura, pois essa postura seria “revanchista” e estaria tentando abrir novamente uma ferida fechada. Por meio da “transição democrática” essas feridas teriam sido fechadas e, mais do que isso, todo o passado teria sido superado. Contudo, persistem e são reelaborados uma multiplicidade de discursos e memórias em toda a sociedade ainda na atualidade.

Palavras chave: Bolsonaro; Brasil; ditadura; esquecimento; memória.

Abstract

This work problematizes contemporary discourses on dictatorship in Brazil. It seeks to analyze how the past is elaborated, concealing traumatic events for the most diverse reasons. Certain speeches have been consolidated affirming that it is "wrong" to speak of dictatorship due to the "revanchist" discourses that would be trying to open a closed wound again. Through the "democratic transition" these wounds would have been closed and, more than that, the whole past would have been overcome. However, a multiplicity of speeches and memories persist across society today.

Keywords: Bolsonaro; Brazil; dictatorship; memory; oblivion.

Bolsonaro e seus apoiadores ideológicos, desde a campanha eleitoral, parecem ter ampliado seus ataques à esquerda, em geral, e ao comunismo, em particular. Em um ato de campanha, Bolsonaro chegou a falar em “varrer do mapa os bandidos vermelhos” e, na véspera da posse, discursou contra o “lixo comunista”. Além disso, desde o período de atuação parlamentar, são comuns suas falas elogiando a ditadura e os torturadores e qualificando os militantes das organizações de oposição como criminosos. Esses discursos revisionistas são parte do embate político, que respinga na escrita da história e mesmo na produção de memórias acerca do período, e buscam esconder os crimes dos agentes públicos e evitar sua punição.

Bolsonaro colocou como um dos espaços de batalha de seu governo, além do combate à organização dos trabalhadores, o próprio campo da cultura e da disputa ideológica, sendo essas uma das razões de apresentar como um dos eixos de sua campanha o combate a uma genérica “doutrinação”, defendendo o projeto Escola Sem Partido e uma verdadeira cruzada contra a “ideologia de gênero”. Essa retórica serve também para mobilizar permanente parte de seu “exército”, que precisa estar de prontidão

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



para defender o governo diante do desgaste provocado pelos ataques aos direitos dos trabalhadores e às liberdades democráticas.

O fato de ter colocado essas disputas culturais em destaque desde a campanha não se deu por acaso, sendo herdeira do anticomunismo que dominou a doutrina militar desde a década de 1940. Os militares brasileiros, ao justificarem seu alinhamento político ao campo político liderado pelos Estados Unidos, elaboraram uma doutrina que afirmava ser preciso manter suas tropas de prontidão diante da ameaça de uma guerra iminente entre Estados Unidos e União Soviética (SILVA, 2013). Em 1964 essa foi uma das justificativas dos setores militares para o golpe, afinal, segundo sua avaliação, o governo de esquerda liderado por João Goulart teria trazido o caos ao Brasil. Contava-se, nas décadas seguintes, que os militares teriam encarado a tarefa de restabelecer a ordem e promover o desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa narrativa foi criada e repetida em livros e nos bancos escolares durante muitos anos, ainda na ditadura, mas sua completa falta de relação com a realidade fez com que fosse não apenas questionada como facilmente derrubada. Na década da 1970, com os poucos núcleos guerrilheiros destroçados, não havia mais sentido em associar o “perigo vermelho” a uma iminente ação militar de forças de esquerda. Nesse cenário, de fragilidade da oposição e de desgaste da ditadura, até mesmo uma parcela das Forças Armadas passou a defender a necessidade de uma transição “democrática”. Essa nova ordem institucional, a ser construída de forma lenta, gradual e principalmente segura, deveria ter como prioridade a manutenção do domínio do capital financeiro e ser efetivada sem instabilidades sociais e políticas (SILVA, 2019).

Essa estabilidade dependia da ação sobre a cultura e a memória, em grande medida utilizando conscientemente o *esquecimento*, ou seja, um processo em que a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade, como se fossem uma espécie de resto irracional (ADORNO, 1995, p. 33). Em vez de preponderar a ideia de conflito e luta, procura-se construir uma narrativa em que se deveria priorizar a necessidade de coesão da sociedade para garantir o bem maior. Uma das consequências disso acaba sendo o fato de que as novas gerações não tomam contato com esse passado em sua integralidade, causando inclusive certo ressentimento nas gerações que militaram contra a ditadura. Para muitos desses antigos militantes, os jovens se mostrariam incapazes de perceber a importância daqueles anos, de compreender as consequências da repressão sofrida e o sentido da luta dessa geração.

Contudo, essas novas gerações dependem de uma memória coletiva que as informe a respeito dessas questões e lhes possibilite, de alguma forma, refletir e se posicionarem acerca do golpe, da ditadura e da resistência. Essas novas gerações não podem fazer emergir essa memória coletiva, pois



não vivenciaram os “anos de chumbo”. Caberia às gerações que a precederam, daquelas pessoas que viveram as experiências da ditadura ou, pelo menos, daqueles que tiveram contato com algum momento do processo de “transição democrática”, fazer emergir acontecimentos e memórias das décadas precedentes.

Contudo, muitos dos que vivenciaram a ditadura optaram pelo esquecimento ou mesmo pelo apagamento. Não há vontade, salvo as exceções de antigos militantes ou de familiares de mortos e desaparecidos, de trazer à tona essa memória coletiva. Optou-se, pelas razões mais diversas, por elaborar o passado ocultando parcial ou totalmente muitos dos acontecimentos traumáticos. Uma das razões, obviamente, passa pela lembrança negativa por ela provocada, provocada pelos traumas da repressão física e psicológica. Contudo, outra tem relação com a própria convivência de uma parcela da população civil com o regime, seja pelo apoio a medidas que garantissem certa “organização” à sociedade, seja pelas “conquistas” que momentos como o “milagre econômico” trouxeram para as classes médias (SILVA, 2011).

Por outro lado, consolidaram-se certos discursos que afirmam seria equivocado falar acerca da ditadura, pois essa postura seria “revanchista” e estaria tentando abrir feridas supostamente fechadas. Essas feridas teriam sido fechadas por meio do consenso construído por meio da “transição democrática”, fazendo com que toda o passado supostamente tenha sido superado. Essa nação que emerge da conciliação deveria olhar para frente, sem condenar as ações do passado dos militantes da resistência, mas também perdoando os militares, que teriam participado da repressão apenas por ser esse o seu trabalho. Enfim, falar em ditadura e nos crimes promovidos pelo Estado e de seus agentes da repressão seria uma atitude considerada desagradável e incômodo e movida por uma minoria ressentida com a ditadura.

Muitas pessoas, principalmente aquelas presas a um passado de apoio ao regime ou de euforia diante das “conquistas da revolução”, preferem silenciar, elaborando memórias que evitam assuntos políticos ou qualquer outro fator que possa remeter ao apoio ou ao entusiasmo que tiveram em relação aos governos repressivos. Essas pessoas tanto não aderiram aos discursos saudosistas em relação ao regime como também carregam certa vergonha em admitir qualquer eventual simpatia que possam ter eventualmente nutrido pela ditadura.

Esses fatores não fazem parte apenas da sociedade brasileira. Nos anos 1950, Theodor Adorno criticava as formas de elaborar o passado na sociedade alemã pós-nazista. Segundo Adorno (1995, p. 29), se pretendia, com essa atitude, “encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória”. O filósofo alemão chamava a atenção para o silêncio que a sociedade alemã procurava manter em relação àquele passado, identificando, entre outros fatores, certa simpatia de parcelas dessa



sociedade pelo nazismo, expressos num certo “orgulho nacional” (ADORNO, 1995, p. 39). Ele refere-se inclusive a alguns países que, procurando se inocentar, enfrentavam perguntas acerca de Hitler feitas por seus filhos remetendo-se ao lado bom do nazismo e afirmando que aquele período não foi tão terrível como normalmente se contava.

Posteriormente, Pierre Vidal-Naquet, em seu combate contra a difusão de ideias “negacionistas”, chamou a atenção para um grupo de intelectuais que chamou de “assassinos da memória”. Trata-se de um conjunto de obras inseridas no movimento conhecido como “revisionismo”, assim chamados por negarem “as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus e ciganos e, ainda, o de membros de povos considerados radicalmente inferiores” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 9). O historiador francês assume uma crítica dura a esses textos, negando a eles o estatuto de produção historiográfica, afinal “trata-se de um esforço gigantesco não só para criar um mundo de ficção, mas para apagar um imenso acontecimento da história” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 150). Segundo afirma, “até hoje, a contribuição dos ‘revisionistas’ a nossos conhecimentos situa-se no plano da correção de algumas sílabas de um texto longo”, ampliando “desmesuradamente o registro da mentira” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 11).

O silêncio e o esquecimento também apareceram em outros países que passaram por ditadura, principalmente na América Latina ou mesmo naqueles que tiveram experiência de resistência ao fascismo na Europa. A postura assumida pelas sociedades diante desse conjunto de experiências traumáticas nos mostram numerosas tentativas de esquecimento, promovidos por uma parcela da população que, de alguma forma e em diferentes momentos, contribuiu para o regime repressivo. No caso brasileiro, normalmente são os militares e alguns setores civis os que procuram negar o passado de repressão e assassinatos da ditadura. Entre esses civis, alguns se reúnem no grupo que controla o jornal Folha de São Paulo, cúmplice da ditadura, e que difundiu anos atrás a expressão “ditabranda” (TOLEDO, 2009).

Entre os militares, uma das características que tem marcado depoimentos prestados por oficiais que vivenciaram a ditadura tem sido o *ressentimento* em relação à memória do período, na medida em que esse setor tem a percepção de que, mesmo tendo sido vitoriosos com o golpe e com a repressão aos “subversivos”, foram derrotados em relação à memória histórica a respeito da ditadura. Embora se considerem vencedores da “guerra” no campo de batalha contra as organizações “terroristas”, no regime democrático estariam enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda. Esses subversivos atuariam na imprensa, nos governos, no parlamento, em busca de vingança e recuando-se a aceitar a “anistia para os dois lados”. Para os militares ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória que empreendem contra aqueles que estariam, hoje, constantemente



desqualificando suas ações do passado. Para esses militares, esses “subversivos” do presente estariam novamente tentando tomar o poder, mas agora por formas pacíficas (CASTRO, 2008, p. 133-6).

Com essas tensões, o próprio ensino sobre o passado do Brasil fica prejudica. Com a política de esquecimento, para as novas gerações, em sala de aula, a História termina sendo um conjunto de acontecimentos e nomes, sem qualquer vínculo com sua vida, de sua família ou da sociedade em que vivem. Parece ser um conjunto desconexo de acontecimentos distante, descrevendo um passado cuja importância não lhes é explicada. Esse cenário pode ficar ainda pior, caso se aprove leis que permitem a censura em sala de aula, na lógica do Escola Sem Partido.

Portanto, verifica-se um cenário em que não é dada às novas gerações a oportunidade de conhecer o passado, pois muitos daqueles que vivenciaram a ditadura optaram pelo esquecimento ou mesmo pelo apagamento. Parte dos jovens dessas novas gerações, se são informadas a respeito das ações da repressão e dos crimes cometidos pelo regime, mostram-se indignados e procuram saber se contra isso “alguém fez algo”. Procuram entender qual caminhada fizeram pessoas que ontem combateram a ditadura e, depois da transição, encontram-se imersas em corrupção ou fazem parte de governos que provocam decepção na população. Mas, para que elaborem esse passado de forma crítica, as gerações mais antigas devem ajudá-los na pesquisa, organização e sistematização de uma massa enorme de informações que podem ser encontradas.

Contudo, em nenhum momento as novas gerações conseguem fazer com que esse passado seja também seu e que esse conhecimento, que ajuda a compreender qual a dinâmica dessas décadas vivenciadas por três diferentes gerações, também possa ser usado para entender os fatores do conservadorismo, do pessimismo ou mesmo de esquecimento que hoje atravessam a sociedade brasileira.

Com certeza não é possível tomar esse passado como *magistra vitae*, esperando-se que ele informe o presente acerca de erros que se deveria evitar; seria equivocada essa atitude na medida em que esses “ensinamentos” não cabem em uma sociedade que passou por grandes transformações nas últimas décadas. Contudo, por meio da análise dos acontecimentos e das representações do passado, compreendidos em sua historicidade e vistos a partir da variedade de fragmentos que deixaram, é possível iluminar o caminho para compreender muito do que se passa presente. Esses fragmentos, vistos pelo presente, podem ser armas no combate contra o esquecimento. Para Adorno (1995, p. 48), a “elaboração do passado como esclarecimento é essencialmente uma inflexão em direção ao sujeito, reforçando a sua autoconsciência e, por esta via, também o seu eu”.

Há a necessidade de trazer à tona elementos de reflexão que permitam às novas gerações enxergarem o passado como parte de sua própria vida, percebendo que o esquecimento pelo qual uma



parcela da sociedade optou, décadas atrás, faz com que os jovens tenham negada uma parte de sua própria constituição como ser social. Cabe à sociedade, independente da geração, lutar para que não esconda seu passado, combatendo contra o esquecimento e o revisionismo, superando as posturas que procuram fazer tabula rasa dos crimes cometidos no passado. Neste caso, é fundamental tanto se opor a mentiras históricas que se fazem oficiais, por meio de discurso de governantes, como à censura que busca se impor ao espaço educativo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. “O que significa elaborar o passado”. *In*: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Celso. “Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. *In*: FICO, Carlos *et al.* (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

SILVA, Michel Goulart da. “Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora (UNESP)**, vol. 12, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, vol. 10, 2013.

TOLEDO, Caio Navarro de. “Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 17, n. 34, 2009.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas: Papirus, 1988.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://revista.ufrr.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima